

## Congresso de Ciências Sociais e Saúde

### Desafios atravessados: direitos sexuais, 'religião' e laicidade

Congresso de Ciências Sociais e Saúde

Desafios atravessados: direitos sexuais, 'religião' e laicidade As ideias que se seguem são inspiradas em duas fontes principais: o livro que escrevemos com Rosalind Petchesky e Richard Parker (*Sexuality, Health and Human Rights*, publicado em 2008) e o ciclo de diálogos regionais sobre sexualidade e política organizados pelo Observatório em Sexualidade e Política entre 2009 e 2011 que tratou da intersecção entre "sexualidade e religião". O tema é vasto e complexo e portanto tive que fazer escolhas difíceis. Optei por me concentrar em alguns desafios conceituais que estão organizados em 6 notas críticas.

**Nota 1:** Direitos sexuais? Um horizonte de justiça. Todas as pessoas tem o direito a exercer a sua sexualidade livre de discriminação, coerção e violência. Ou seja não se trata apenas dos direitos LGBTQI, a violência exalou, no Brasil, não sei por que razão direitos restritos a mulheres que vivem com HIV, que se tornaram a vulgata do direitos sexuais. Direitos sexuais também são prerrogativa de pessoas heterossexuais adultas, adolescentes, da terceira idade, incluem o aborto como um tema de autonomia sexual e o sexo comercial. Como sempre lembra Paul Hunt que foi relator especial do direito à saúde é preciso perguntar sempre qual é a dimensão de direitos sexuais da situação humana que estamos examinando, pois quase sempre haverá uma.

**Nota 2:** Globalidade, transcultural, "modernidade" É fundamental reconhecer a globalidade e contemporaneidade das imbricações e tensões crescentes entre sexualidade, "religião" e política. Não estamos frente a "um problema brasileiro" mesmo quando os conflitos nacionais que ele detona nos tirem o sono. Hoje em todos os continentes e em todas as tradições religiosas vozes, no mais das vezes masculinas, propagam visões que visam estabilizar ou recriar as ordens de sexo gênero(mesmo quando essas ordens ou me concepções e normas religiosas sobre elas sejam muito heterogêneas em diferentes contextos culturais). Uma ilustração contundente foi, por exemplo, foi a manifestação virulenta de gurus indianos contra a abolição, em 2009, do artigo 377 da colonial que criminalizava a sodomia na Índia. Isso por que a cultura indiana é marcada pela variabilidade e plasticidade de sexo e gênero, contando o panteão hindu conta inclusive com um avatar hermafrodita do grande deus Shiva (Ardhanarishvara). Essa sinergia global e transreligiosa em termos de posições dogmáticas em relação a sexualidade não expressa a reação de culturas locais ao Ocidente e ao capitalismo, mas sim compõe a paisagem globalizada da intoxicação de palavras, ideias e imagens que caracteriza nosso tempo. Recriando "eras perdidas" do pacto heteroprocriativo essas forças usam e absorvem, intensamente, a linguagem e estratégia política moderna e os sofisticados instrumentos de comunicação dos nossos tempo. Nas palavras de Derrida:

Sistemas digitais de visualização imediata e panóptica, "espaço aéreo", satélites de telecomunicações, estradas da informação, a cultura digital, o jato, e a TV sem a qual não poderia haver hoje nenhuma manifestação religiosa, nenhuma viagem ou discurso do Papa, nenhuma emanção de

cultos judeus cultos, cristãos ou muçulmanos, sejam eles  
“fundamentalistas” ou não.

**Nota 3:** Sexualidade Vs. Religião? Nos debates brasileiros sobre esse conflitos, as pessoas tem usam com frequência, sem maior reflexão crítica os conceitos de religião ou de forças religiosas como obstáculos à realização dos direitos sexuais. Penso que isso não é muito produtivo. Eu mesma não tenho crença numa divindade superior e não tenho dúvida que as construções acerca de sexualidade e gênero nas mais diversas tradições religiosas são problemáticas, pois geralmente estão calcadas na dualidade corpo-espírito e reiteram o pacto hetero-procreativo. Contudo nas condições em que nos movemos parece ser pouco produtivo politicamente –e conceitualmente pobre– definir o problema como religião VS sexualidade atribuindo às “religiões” per se, lato senso e exclusivamente a origem das ‘guerras sexuais’ do século 21. Se não por outra razão por que o “peso” dos discursos religiosos nos debates atuais está ocultando o poder e efeito de outros dispositivos de naturalização e essencialização da sexualidade e do gênero. Por exemplo, os discursos e concepções seculares da biomedicina e da biologia, os quais que como lembra Paula Machado – constituem os passaportes ‘passaportes’ de inserção dos sujeitos na categoria humana ou na vida social, sendo também objeto de intensa circulação e vulgarização mediática. Mas, por mais que isso não seja amplamente discutido, o mesmo pode ser dito dos regimes discursivos dos direitos humanos. Até a metade dos anos 1990 o termo “sexo” nos textos internacionais de direitos humanos denotava apenas e somente homem e mulher não sexualidades. E, só muito recentemente, quando se fazem visíveis e legítimos os corpos e vozes trans no debate sobre direitos humanos é que, finalmente, pudemos discernir que para aceder a humanidade protegida por esses direitos é preciso que corpos e identidades estejam inscritos, a ferro e fogo, na lógica binária da diferença sexual ( de Mauro Cabral).

**Nota 4:** Que “fundamentalismo” ?

Embora eu mesma seja bastante responsável pela propagação indiscriminada desse nome já há algum tempo não o utilizo como categoria explicativa definitiva dos fenômeno de que estamos tratando. O termo "fundamentalismo" é histórica e contextualmente específico, pois se refere às seitas protestantes que surgiram nos EUA no início do século20 e que assim se denominam. É, portanto, inaplicável ao fenômeno tão a ideologia regressiva Hindu (Hindutva) que seja próxima mais bem do fascismo, ou posições regressivas de lideranças budistas quanto a sexualidade e aborto. Tampouco pode se transportar de maneira automática e simplista ao conservadorismo católico, pois nesse caso a doutrina não é nunca uma interpretação literal dos chamados textos sagrados, mas um sofisticado exercício de reinterpretação que interpreta muitas outras fontes, inclusive e desde sempre fontes seculares. Gianni Vattimo num texto clássico sobre a posição Vaticana acerca da homossexualidade sempre lembra que a imagem da heterossexualidade como perfeição e da reprodução humana imitando o céu na terra que sempre aparece nos documentos sobre o tema não pertence a tradição cristã, mas vem diretamente de Aristóteles. Aliás, ao meu ver, é exatamente essa grande flexibilidade heurística que permitirá, eventualmente, a Bergoglio implementar as inflexões doutrinárias em relação a homossexualidade que ele vem anunciando.

Finalmente, mas não menos importante, a noção de “fundamentalismo” para denotar a leitura literal de um texto religioso tampouco se aplica sem problemas ao Islamismo pois embora nessa tradição também se faça uma sacralização retórica “do livro”, assim como o judaísmo rabínico, o Islam é visceralmente exegético e interpretativo. E mesmo em se tratando do chamado islamismo radical há diferença substantivas nas leituras que fazem de um lado Wahabitas e de outro os mulahs xiitas do texto corânico. Finalmente mas não menos importante, o termo fundamentalismo está hoje contaminado de islamofobia não é um problema menor.

**Nota 5:** Que laicidade?

Na segunda metade do século 20 liberais, marxistas, radicais e mesmo algumas correntes religiosas progressistas –não teriam dúvidas em afirmar que a secularização e laicização das sociedades era inexorável (um eco do imaginário da razão sobrepujando a superstição, que nos foi legados pelo pelos filósofos do século 18 e 19). Essa visão ainda habita nossos debates e acho que precisamos perguntar se ainda é sustentável e produtivo pensar os desafios que nos cabem nesses termos? ?

Desde o final do anos 1970, são flagrantes os sinais de que essa aposta na secularização extrema e definitiva era ilusória. Em 1978, João Paulo II começou a dismantelar a arquitetura institucional aberta ao secularismo anunciadas por João XXIII. Em 1979, a revolução iraniana iluminou a extensão e profundidade do integrismo islâmico contemporâneo (em gestação há muito mais tempo) . Nos Estados Unidos o Partido Republicano inventou o Moral Majority Movement – envolvendo uma gama variada de grupos religiosos para retomar o terreno perdido desde a queda de Nixon. Após a queda dos muros em 1989, a “religião” reviveu rapidamente na antiga União Soviética e Europa Oriental e nas Américas registra-se uma franca pluralização religiosa.

Esse “retorno do religioso” se amplia e se aprofunda nos dias atuais por efeito de fatores muitos contraditórios. Há persistência da pobreza e desigualdade, sentimento de inseguranças, erosão dos estados de bem estar, conflitos e guerras, mas também o uso instrumental da religião pelas sociedade política (de que a estratégia Republicana dos anos 1970 foi o modelo por assim dizer). O exemplo mais recente e intrigante é a recente liberação da ‘religião’ promovida pelo Partido Comunista para superar o “vazio” espiritual que a sociedade chinesa experimenta no auge de sua modernização e sucesso econômico.

E, sobretudo, como bem analisou com acuidade, o saudoso Flávio Pierucci, observando a cena brasileira -- num artigo publicado postumamente -- no século 21, as regras republicanas clássicas de separação estado –igreja foram desregulamentadas e a economia colonizou a esfera religiosa. Hoje falamos dos mercados religiosos e das teologias de prosperidade e os estudiosos da religião interpretam esse fenômeno como uma expressão da secularização das visões e práticas religiosas que significa ao mesmo tempo sua politização.

Em tais condições penso que pode ser produtivo pensar a questão numa moldura que se poderia chamar a economia política do integrismo religioso. Citando Pierucci a sociologia da religião não pode continuar a fazer apenas sociologia sem a crítica da "cultura capitalista", das antigas e novas expressões religiosas que passa pela crítica da economia capitalista.

Dito de outro modo, como sublinha Juan Marco Vaggione no trabalho que apresentou no diálogo latino-americano sobre sexualidade e política, nas condições contemporâneas, não se cumpriu o projeto liberal de que tanto a religião quanto a sexualidade permanecessem confinadas a esfera privada, tanto uma como outra dimensão da vida humana e social estão inexoravelmente politizadas. Hoje, se de um lado, o impacto negativo do dogmatismo religioso, instiga fortes apelos à laicidade, de outro essa cena complexa inspira algumas perguntas difíceis. Houve de fato, algum dia, uma separação nítida entre política e religião? Vivíamos de fato, nós ou outras sociedades, sob um regime laico? A restauração da laicidade tal como concebida no século 18 resolverá os conflitos que experimentamos?

Na vasta literatura que tem se produzido sobre o tema vários autores questionam o discurso ou imaginário clássico de um “espaço secular” ou “esfera pública” radicalmente distinto ou não contaminado pela religião, assim como as visões sobre o caráter benigno da laicidade, no que se refere a pluralidade democrática ou mesmo realização dos direitos sexuais. Derrida é mais uma vez uma das referências principais quando sublinha que idéia de “religião” como algo “singular”, “uma instituição separada”, é claramente “greco-cristã-romana” – ou seja, ocidental e portanto “colonizante”. Além disso, segundo ele os binários “razão e religião” ou “ciência e religião” obscurecem o componente intrínseco de fé, doxa, “testemunho” que é inerente a qualquer sistema de conhecimento ou razão. Derrida fala ainda da impregnação teocrática da política secular –com seus ritos e mitos– e argumenta que a noção da esfera separada do religioso obscurece a “religiosidade” do capitalismo global.

A crítica de Talal Assad se faz a partir da perspectiva pós - colonial e enfatiza o caráter autoritário, e muitas vezes messiânico, de toda e qualquer autoridade, inclusive as autoridades políticas seculares. Ele relembra, por exemplo, como o laicismo foi imposto ao Egito por Napoleão a força das baionetas e, em sua análise acerca das disputas, sobre o uso de véus na França ele examina como a controvérsia do véu reflete a disputa entre o Estado francês e as comunidades islâmicas na França – ambos dominados por homens que não se importam com os desejos e autonomia das jovens muçulmanas. Nesse marco, é interessante lembrar, talvez, que o código penal brasileiro de 1890, produto que foi de nosso laicismo radical positivista, estava impregnado de forte moralidade sexual, pois como aponta Mikolski no livro *o Sexo da Nação* a sexualidade era uma dos muitos fantasmas que assombravam as elites republicanas em que pese sua forte crença na laicidade: “entre o medo *dos negros, que após a abolição passou a significar medo do povo, e as ansiedades sexuais e de gênero, as elites modernizadoras convergiam na idealização de uma nação baseada em um paradigma de embranquecimento e heterossexualidade reprodutiva compulsória*”. Também podemos mencionar o autoritarismo laico e moralista de Kemal Atatürk ou moralidade sexual comunista na União Soviética, Cuba, China e Vietnã expressa nas leis penais e políticas de confinamento.

Finalmente mas não menos importante é preciso interrogar-se como faz Paul Amar em seu último livro, se no contexto atual não haveria semelhanças e convergências, entre, de um lado, o messianismo salvacionista das forças dogmáticas religiosas no seu afã de curar gays e lésbicas criminalizar mulheres que abortam, salvar os povos africanos da degradação moral ocidental secular e de outro as campanhas e intervenções securitizadas de direitos humanos - que chegam a propor o uso de medidas de força como condicionalidade da ajuda se dedicam a

salvar mulheres da prostituição mesmo pessoas cuja sexualidade as coloca em risco nos países em que vivem ou seja ações globais pautadas pela lógica do “homonacionalismo”. Ou ao revés, nos seus esforços para restaurar as ordens sexuais ameaçadas o dogmatismo religioso vem recorrendo sistematicamente a argumentos seculares jurídicos e científicos de que são exemplos tanto o sofisticado constitucionalismo jus naturalista católico de Ives Gandra ou o recurso rasteiro que da definição biomédica de doença das classificações da DSM e da CIE de que lançou mão um de nossos deputados estaduais para justificar um projeto de cura gay e de outras parafilias.

Quanto ao caráter borrado ‘laicidade’ existente, Jakobsen e Pellegrini, por exemplo, perguntam se os EUA foram ou são uma sociedade “secular”. Ou se de fato, a doutrina da “separação” entre estado e igrejas é apenas uma fachada retórica. Elas lembram que as políticas sexuais do estado americano foram sempre permeadas pelo “cristianismo conservador” e “opiniões teológicas cristãs” inclusive em decisões nem tão antigas da Corte Suprema, como a decisão de 1986 sobre o estatuto criminal da sodomia, quando *juiz Burger invocou a ‘moral judaico-cristã para preservar a lei intacta.*

Os exemplos brasileiros dessa falta de nitidez entre valores políticos e ordem religiosa são inúmeros. Mas pareceu-me interessante resgatar, brevemente, o que se passou na revolução de 1930 para pontuar, talvez, que essa não é primeira vez que experimentamos um “retorno do religioso”. A Igreja Católica naquele momento usou muito efetivamente o contexto revolucionário para retomar espaço perdido. Na eleição de 1933, a Liga Eleitoral Católica elegeu quase todos seus candidatos e, na Carta de 1934, foram aprovadas todas as emendas de interesse da Igreja em 1934, como por exemplo o ensino religioso no sistema público de educação. Tendo sido alijada pelo positivismo laicista, no final do século 19, a Igreja voltava a influenciar diretamente o poder do estado. Vargas, um forte adepto da laicidade republicana (nem mesmo se casou numa cerimônia religiosa) não hesitou em estreitar suas relações com Igreja, como mediadora política. Em 1931, o novo governo em parceria com a hierarquia Católica inaugurou a estátua do Cristo Redentor no Rio e promoveu a entronização de Nossa Senhora de Aparecida, a Virgem Negra como padroeira do Brasil. Precisaríamos pesquisar e analisar melhor os efeitos dessa inflexão ‘políticas sexuais’ de então.

**Nota 6:** O que fazer? Talvez a primeira coisa a fazer seja reconhecer que há soluções fáceis para problemas difíceis. A resistência e contenção do dogmatismo religioso e a refundação da laicidade é, possivelmente, o maior desafio da política sexual contemporânea. É um tema tanto de produção de conhecimento e reflexão crítica quanto de práxis, ação. Um dos seus maiores desafios é, possivelmente, manter viva essa complexidade e reconhecer que são múltiplas as frentes de embate crítico que ele comporta: a esfera religiosa propriamente dita, mas também, as “culturas”, a biopolítica, a política, as normas legais e a economia. Não há aqui maiores possibilidades de equacionamentos simplistas e parciais. Também precisamos produzir muito mais conhecimento do que hoje está disponível. Por exemplo, não sabemos quase nada sobre os fluxos globais do dogmatismo religioso que afetam a dinâmica política brasileira e muito menos sobre que efeitos o dogmatismo religioso brasileiro está tendo em outros contextos, como em Angola ou Moçambique. Nosso entendimento da economia política que produz e é produzida por essas forças é muito precária. Além disso, o “espaço” ocupado pelo extremismo religioso nos debates da esfera pública— que em grande medida é

conseguido por seu foco nas questões da sexualidade – tem obscurecido nossa percepção sobre o fenômeno correlato que é a secularização da esfera religiosa e a discrepância entre o que dizem as vozes extremas e as práticas das comunidades religiosas.

É preciso reconhecer com Jakobsen, Pelegrinni e Vaggione que “o problema não é a religião, mas a religião autoritária ou totalitária” e a fusão, tanto na religião conservadora quanto na política conservadora, entre "moralidade" e normatividade sexual. Nesse sentido um enorme desafio teórico e político é revisar o conceito estático de religião que herdamos do passado, no sentido de reconhecer que as religiões são multivocais e contribuir para que essa pluralidade seja visibilizada. Finalmente mas não menos importante acho que precisamos investigar e compreender melhor como e porque essas forças tem conseguido tornar reféns atores políticos seculares. Nosso querido amigo Mario Pecheny numa plenária sobre esse mesmo tema no último Fazendo Gênero, analisou o contexto regional latino-americano e concluiu o que vê como maior problema de investigação e de ação política não é tanto o campo do extremismo religioso mas sim a racionalidade política que tem levado Cristina Kirchner, Dilma, Tabarés Vasquez e Rafael Corrêa a cederem tão facilmente a suas pressões.

No âmbito da práxis política cotidiana é inevitável sustentar espaços de resistência. Mas seria ótimo se conseguíssemos a médio prazo desenhar e implementar ações mais proativas e menos reativas face aos efeitos deletérios do dogmatismo religioso e a facilidade com que os atores políticos seculares se tornam reféns dessas forças. Mário Pecheny nosso querido parceiro argentino numa plenária sobre esse tema no último Fazendo gênero, analisando o contexto regional latino-americano dizia que o seu problema não era com os extremistas religiosos mas sim Cristina Kirchner, Dilma, Tabarés Vasquez, Rafael Corrêa que abandonam com facilidade princípios republicanos para ceder a essas pressões.

Finalmente, é urgente analisar como a cartografia dos temas e propostas que são alvo da fúria conservadora está se redesenhando muito rapidamente. Por exemplo, já está claro que ganhos em relação aos direitos LGBT e o casamento entre pessoas do mesmo sexo se dão em detrimento do direito ao aborto e dos direitos de profissionais do sexo. Em tal conjuntura estamos também desafiados a compreender melhor como e porque os deslizamentos paulatinos da posição Vaticana em relação à homossexualidade coincidam no tempo com uma injeção significativa de recursos (3 milhões de dólares) feita por financistas vinculados ao Partido Republicano, (Paul Singer e Daniel Loeb) para promoção dos direitos LGBT, do casamento gay e contenção dos dogmáticos religiosos que atacam esses direitos. Segundo Singer, "... Os direitos dos homossexuais são consistentes com a filosofia republicana da liberdade individual" e o casamento gay garante estabilidade social, a estabilidade da família e a estabilidade na formação de crianças." Em outras palavras, nessa quadra complexa que atravessamos os direitos dos homossexuais estão sendo incorporados a uma pauta que é antidogmática mas decididamente conservadora.